



MOÇÃO

Saudação à luta do Povo Português Na defesa e pelo cumprimento da Constituição da República Portuguesa

Considerando que,

Ao longo de 4 anos os trabalhadores e o povo português ergueram uma imensa luta, que conheceu na Cidade de Lisboa momentos altos e importantes.

Uma luta que se ergueu contra a política de direita protagonizada pelo governo PSD/CDS de ataque aos direitos, aos rendimentos e às conquistas que a Revolução de Abril alcançou, uma política de exploração e empobrecimento, uma política à margem da Lei e de confronto com a Constituição da República Portuguesa (CRP).

Luta que foi levada ao voto e que teve expressão no dia 4 de Outubro, pela condenação eleitoral imposta à coligação PSD/CDS, constituindo não apenas uma derrota do seu governo mas também da sua política.

Durante todo este período, o povo português deu um sinal claro que aspira a uma mudança de política.

No passado dia 10 de Novembro o governo PSD/CDS foi definitivamente derrotado. A sua derrota é uma vitória da luta dos trabalhadores e do povo, demonstrando que vale a pena lutar e resistir à resignação e ao conformismo.

Numa clara tentativa de subverter a CRP, a injustificada delonga do Presidente da República, perante a inequívoca vontade soberana do nosso povo refletida numa nova maioria de deputados na Assembleia da República, apenas procurou suportar à força um governo PSD/CDS já derrotado.

Um governo derrotado e em funções de gestão que provou mesmo nessas circunstâncias não respeitar a Lei fundamental do país, na senda do cumprimento de uma agenda privatizadora – bem plasmado no processo de privatização da TAP - e de ataque aos direitos dos trabalhadores e do povo português, contando com a cumplicidade do atual Presidente da República.

Existe hoje uma maioria formada na Assembleia da República que pode contribuir para recuperar direitos dos trabalhadores e do povo, no cumprimento da Constituição da República, nomeadamente no que respeita ao emprego, aos salários, reformas e pensões (pela sua reposição e valorização); no direito à mobilidade (pela reversão dos processos de concessão e privatização das empresas de transportes terrestres – destaque para o Metro e a Carris); na garantia de melhores condições de acesso ao direito à saúde, à educação e às prestações sociais; no respeito pela autonomia financeira e administrativa do Poder Local Democrático no sentido de responder aos seus objetivos, no âmbito das suas atribuições e competências.



Assim, a Assembleia de Freguesia de Marvila, reunida no dia 21 de Dezembro de 2015, delibera,

1 – Saudar a persistente e justa luta dos trabalhadores e do povo português contra a política de confronto e desrespeito pela Constituição da República Portuguesa, pela mudança e a concretização de uma política que cumpra com o que a mesma consagra nos vários planos: político, económico, social e cultural.

2 – Exortar o poder autárquico a desenvolver ações que promovam a Constituição da República Portuguesa, com especial incidência durante o ano de 2016, ano em que comemorará o seu 40º aniversário.

Os eleitos do PCP

Lisboa, 21 de Dezembro de 2015